

DA UNIVERSIDADE ÚNICA
À(S) UNIVERSIDADE(S) DO SÉCULO XXI*

Luís Reis Torgal
Universidad de Coimbra

1. DUAS NOTAS DE APRESENTAÇÃO – HISTÓRIA E «ESTÓRIAS»

Devo dizer que não venho aqui – de acordo com o ritual das *orações de sapientia* das antigas universidades – proferir um «louvor das ciência» ou, neste caso, um elogio da Universidade, da Universidade de Coimbra ou da Universidade de Salamanca. Como historiador que sou, se não devo constituir nenhum tribunal, também não posso apresentar-me como propagador do elogio mútuo.

Seja como for, devo destacar – e outros historiadores já o têm vindo a fazer nos seus trabalhos de investigação (Silva Dias, Veríssimo Serrão, Armando de Jesus Marques, José Antunes, Garcia y Garcia, Luis San Pedro Bezares) – as relações interessantes que tem havido, desde sempre e até ao presente, entre Portugal e o *Studium Generale* de Coimbra, por um lado, e Castela ou Espanha e os Estudos de Salamanca, por outro. Desde a fundação desta Universidade, nos inícios do século XIII (1218), que é a mais antiga da Península, se nota a presença do Reino de Portugal: por exemplo, entre os escolares que a frequentaram aparecem sempre portugueses, o humanismo espanhol (nomeadamente o valenciano Luis Vives) teve grande importância na reforma dos estudos do século XVI. Mas, para quê falar do «Passado», que pode ser uma forma de mitificar a realidade?

As relações entre Salamanca e Coimbra são hoje, como sempre, uma «realidade do quotidiano», isenta da «imagem de glória» que uma «memória histórica mitificadora» costuma trazer consigo. Só por isso sou capaz de assumir a imodéstia de recordar que, da forma mais natural, pertenço ao *Consejo Asesor* da revista *Studia Historica. Historia Contemporánea*, da Universidade de Salamanca, aqui dei aulas do curso de douto-

* Conferencia pronunciada el día 20 de junio de 2000, en el Aula Salinas del Edificio Histórico de la Universidad de Salamanca, con motivo de los actos programados para la inauguración del Paseo «Universidad de Coimbra», en el Campus Universitario Miguel de Unamuno.

ramento na Facultad de Geografía y Historia em 1993, onde encontrei alunos portugueses, e só por isso também sou capaz de lembrar que, com os nossos colegas de História Contemporânea desta Universidade, realizámos um duplo colóquio, cujas actas foram publicadas, e continuamos a manter os mais vivos contactos de colaboração mútua.

São, como dizia, «relações do quotidiano», que poderia multiplicar por muitos exemplos em outras áreas do saber, relações quase tão vulgares como afirmar que a praia mais próxima e uma das mais frequentadas pelos salamantinos, ou pelos conimbricenses, é a Figueira da Foz, e que Salamanca, como Vigo ou Santiago de Compostela, é talvez o percurso turístico mais normal das gentes portuguesas.

Não há, pois, que mitificar a história das nossa duas comunidades urbanas e universitárias que se dão bem... *naturalmente*. E nem há que esconder que as relações entre Espanha e Portugal nem sempre são dignas de orgulho para nós, cidadãos de países democráticos, nesta «Europa» em (re)construção. Como historiadores, só nos resta, portanto, estudar e interpretar os factos.

O meu objectivo será sempre reflectir rigorosamente sobre a realidade e, quando se fala em «realidade universitária», é preciso, com efeito, um grande trabalho para desmitificá-la ou para descodificar os seus mitos. Só assim a servimos como historiadores. E isso tanto se passará com Coimbra como com Salamanca, com Bolonha ou com Oxford. Neste processo de dismitificação da história das duas universidades pode, por exemplo, salientar-se a semelhança e a diferença entre elas. Será isso que torna relevante a sua história. Todavia, não pretendo, obviamente, fazer aqui uma história comparada das duas universidades – o que seria um projecto bem interessante –, mas salientar dois ou três pontos caracterizadores da Universidade de Coimbra, convidando os historiadores a pensarem como é porventura semelhante e distinta a sua realidade se comparada com Salamanca.

2. A UNIVERSIDADE DE COIMBRA COMO ESPAÇO MÍTICO E COMO «UNIVERSIDADE ÚNICA»

Coimbra e a universidade que ela acolheu em 1537, após ter passado algumas vezes pela cidade no século XIV, foram sempre consideradas

espaços míticos. Em forma de acrópole chamou-se a Coimbra «Lusa Atenas» ou «Colina Sagrada», expressão que foi o título de uma obra do escritor convertido Manuel Ribeiro e que foi glosada ao longo do tempo, inclusivamente por Salazar.

Na Assembleia Nacional salazarista, onde se proclamava a ideia de Universidade como modelar «corporação de mestres e alunos», defendeu-se a Universidade por várias vezes, para, por exemplo, limpar a sua cara das críticas que haviam sido feitas por Aquilino Ribeiro num seu livro de história literária de Portugal (*Príncipes de Portugal. Suas grandezas e misérias*, Lisboa, Edição «Livros do Brasil», 1952). Quando Armando de Miranda fez o filme *Capas Negras* (1947) onde, presumivelmente, se manchava a honra da Academia coimbrã, chegou o assunto a ir às sessões da assembleia, discutindo-se se o filme deveria ou não ser proibido, como pediam amplos sectores da academia. Manifestava-se, de um ou de outro modo, a imagem de que a Universidade de Coimbra era uma realidade intocável, era a consciência cultural da Nação, a detentora da «política do espírito» (para empregar a expressão de Paul Valéry divulgada por António Ferro). Por isso, Salazar, em 1948, durante uma homenagem que lhe havia sido prestada pelos seus colegas da Universidade, havia de pronunciar palavras que representavam essa imagem, palavras essas que haviam de ficar gravadas, a partir de 1959, ano da sua jubilação como professor de Direito, a letras de bronze na entrada da Sala dos Actos Grandes (vulgarmente conhecida por «Sala dos Capelos») até pouco depois de 25 de Abril de 1974:

Quando tanta coisa que parecia sagrada ou eterna se dispersa e dissolve no mar revolto que é o Mundo de hoje, faz bem atentar no valor de uma instituição que não traiçoa o seu espírito nem se afasta da missão que lhe foi confiada. [...] quem está diante de mim é o mesmo ser moral que vem afirmando-se desde séculos: quando estuda, quando ensina, quando se manifesta, é escusado perguntar, porque é Coimbra, é a Universidade¹.

Por isso os doutoramentos *honoris causa* seriam considerados como um espaço de afirmação político-cultural mais do que de afirmação científica. Entre cerca de uma vintena de doutoramentos realizados em 1937, ano do 4º. Centenário da transferência da Universidade de Lisboa para

1. In Maximino Correia, *Ao serviço da Universidade de Coimbra*, p. 528.

Coimbra e ano crucial da guerra civil de Espanha, com manifestações anticomunistas realizadas em todos os lugares e com impressionante frequência, foram doutorados, em 8 de Dezembro de 1937, dia da Imaculada Conceição, cujo dogma foi obrigatoriamente jurado por professores e estudantes desde 1646, Felipe Gil Casares, reitor da Universidade de Santiago de Compostela, e Leonardo de la Peña, reitor da Universidade de Madrid, que – segundo as notícias de então – se apresentaram na Sala dos Capelos fardados com o uniforme falangista². Até a homenagem prestada pela Academia de Espanha ao poeta e director da Faculdade de Letras Eugénio de Castro decorre sob esses auspícios. Quer nas palavras do reitor de Coimbra, João Duarte de Oliveira, quer no discurso de Eugenio D’Ors, quer mesmo nas palavras do homenageado, em sessão realizada na Sala dos Capelos. Eugénio de Castro respondeu a Eugenio D’Ors, que saudara o público de braço estendido, em continência romana, com palavras de elogio à «Espanha heróica, a Espanha nacionalista» que, nessa «hora decisiva» em que «a sua grande pátria» era «ameaçada pela truculência diabólica do bolchevismo», enviava a Coimbra uma comitiva «para festejar um simples poeta», o que constituía «uma afirmação de idealismo heróico»³.

Em 11 de Dezembro de 1938 é a vez do próprio Eugenio D’Ors receber em Coimbra as insígnias doutorais, onde se deslocou com ilustres acompanhantes, alguns dos quais vestiam a farda falangista, tendo como padrinho o próprio irmão de Franco, Nicolás, embaixador em Lisboa. Este acto solene teve como coroamento a inauguração da Sala Espanhola na Faculdade de Letras⁴. E, a completar esta série de actos de relações luso-espanholas, que teria como apoteose o doutoramento *honoris causa* de Franco em 1949, nos inícios de 1937, comboios com víveres recolhidos pelos estudantes seguiram para Sevilha, para onde se dirigiu também o Orfeon Académico de Coimbra; e, no fim da guerra, os «Viriatos», a força de voluntários portugueses que combateram em Espanha ao lado dos «nacionalistas», foram alvo de grande manifestação académica, quando em 1939 passaram pela estação de Coimbra⁵, e aqui foi também recebido com grandes honras, na Faculdade de Direito, o carismático General

2. Cfr. *O Século*, 9.12.1937.

3. *Diário da Manhã*, 14.5.1937.

4. Cfr. *Diário da Manhã*, 12.12.1938.

5. Cfr. *O Século*, 9.6.1939.

Millán Astray, na sua passagem para Lisboa, onde foi homenageado no Teatro São Luís⁶.

Mas, também este tom emblemático de Coimbra em tempo de regimes autoritários se faria sentir ao contrário, por altura das crises académicas dos anos 40, 50 e 60, que, não sendo exclusivamente de Coimbra, aqui assumiram uma forma mais original, devido ao seu sentido corporativo e à sua consciência viva de «cidade universitária». Por isso a «Sala 17 de Abril» do departamento de Matemática, que marca o cume das lutas estudantis de 1969 contra o Estado Novo em período de crise, mantém-se, para algumas gerações, como um espaço mítico. E também é uma figura mítica Orlando de Carvalho, o professor da Faculdade de Direito, há pouco falecido, que, vindo da direcção do Centro Académico de Democracia Cristã (CADC), de que fora secretário o próprio Oliveira Salazar e que constituíra uma das cidadelas mais importantes contra o demoliberalismo, se torna desde 1948-49 – por altura da candidatura à presidência da República pela oposição do General Norton de Matos – um dos mais corajosos opositores do Estado Novo⁷. Eram as primeiras rupturas no movimento católico que havia assumido a vontade oficial de contribuir para a fundação do Estado Novo. Nas eleições de 1958, em que participou Humberto Delgado e que abalara o regime, a revista *Estudos* do referido CADC, há-de iniciar todo um processo de oposição, embora discreta, ou pelo menos de não alinhamento, o que levará ao seu desaparecimento em 1971, altura em que se forma o Instituto Justiça e Paz. A cidade Universitária de Coimbra que Salazar teimou construir na velha «Alta», num espaço excessivamente pequeno, foi afinal o lugar mais estruturalmente organizado para se desenvolver um processo de crise académica.

A mística universitária haveria, portanto, de dar uma nota própria ao nosso «fascismo à portuguesa», assim como à sua oposição. O carácter típico do nosso regime, na época de Salazar, daria elementos para pensá-lo como um regime diferente, «original», mesmo quando se adopta como dado adquirido que se tratava, efectivamente, de um regime «fascista». Aqui teríamos de recorrer à definição mais perfeita do nosso regime (segundo a nossa opinião), que foi realizada por uma figura que faz também parte da mitologia da Universidade de Salamanca, Miguel Unamuno.

6. Cfr. *Diário da Manhã*, 13.6.1939.

7. Cfr. a sua entrevista in *Diário Popular*, Lisboa, 24 de Janeiro de 1949.

Apaixonado por Portugal, mas não admirador do regime de Salazar, foi convidado a integrar uma delegação espanhola que visitou Lisboa (e o país) durante as festas da cidade. Dessa visita deixou-nos dois interessantes comentários no jornal *Ahora*⁸. Afirma ali, em tom irónico, que se escusou, ao contrário de alguns seus compatriotas, a ser recebido por Salazar: «Y si a mí se me reputaba hombre de excepción, yo reputo hombre de excepción a un dictador – aun siéndolo tan poco como Salazar –, y quería evitar un encuentro entre excepcionalidades. Y luego lo que el catedrático dictador habia de decirme ya me lo dijeron otros catedráticos: sus colaboradores. No quería, ni debía, además, perturbar con mis manifestaciones el sentimiento de un sosiego, de un orden, de una paz que para mi pueblo no deseo [...]».

Como se vê já por estas palavras, Unamuno toca num ponto que é essencial na sua notável caracterização do regime de Salazar, que de resto ele apresenta logo no início do seu artigo – o seu carácter «catedrático», construído (conforme acrescenta) num «país mitológico», que já havia criado outros mitos, como o de Sidónio Pais (nesse caso um catedrático militar), carácter esse que não se apresentava em nenhuma outra ditadura, «nem na Itália, nem na Rússia, nem na Alemanha, pois Mussolini, Hitler e Stalin têm de tudo menos de catedráticos». Eis essa caracterização:

Y nada mejor que llamar fajismo de cátedra – pedagógico y doctrinario – al que informa el actual régimen portugués. La dictadura del núcleo que representa Oliveira Salazar es una dictadura académico-castrense o, si se quiere, bélico-escolástica. Dictadura de generales – o coroneles – y de catedráticos, con alguna que otra gota eclesiástica. No mucha, a pesar de que el cardenal patriarca, Cerejeira, fué compañero de casa de Salazar y, como éste, también catedrático. Eclesiástico catedrático, lo mismo que otros militares catedráticos.

Mas, Unamuno teve de Coimbra uma imagem de admiração que a cidade e a Universidade inspiraram em tantos intelectuais: Num texto escrito na Figueira da Foz em 1914 afirmava: «Coimbra cabe decir que concentra la historia toda leyendaria y poética de Portugal; Coimbra ha sido la iniciadora de sus movimientos espirituales»⁹. Causa de amor e desamor, Coimbra é louvada por quem a frequentou ou não a frequentou como

8. *Ahora*, 3.7.1935, «Comentario. Nueva vuelta a Portugal».

9. *Andanzas y visiones españolas*, p. 93.

estudante, assim como é criticada ou mesmo insultada por quem nunca ali se sentou nos bancos das suas aulas ou por alguns daqueles que ali estiveram. «Reino da Estupidez», é um epíteto vulgar depois de ter sido escrito no fim do século XVIII um poema satírico anónimo com esse nome. Almeida Garrett, que ali se formou em Direito, fez-lhe críticas despudoradas, logo desmentidas em discursos de circunstância. Alexandre Herculano, que nunca ali estudou, respeitava a Universidade e a sabedoria dos seus mestres (era de resto amigo do jusnaturalista Vicente Ferrer Neto Paiva), entregando a sua *História de Portugal* à Universidade para que ali fosse revista, enquanto Leonardo de Coimbra, originário do Porto, procurou atingir a Universidade, iniciando esse ataque no tempo da I República, em 1919, na qualidade de ministro da Instrução Pública, com a extinção da sua Faculdade de Letras, que não seria executada. Jorge de Sena, também formado no Porto e que haveria de fazer a sua vida universitária no Brasil e em Santa Bárbara, na Califórnia, manifestou também a sua sanha anticoimbrista e o próprio Miguel Torga, que se formou em Coimbra em Medicina, onde exerceu a clínica e viveu grande parte da sua vida, cruzava o amor e o desamor à «sua cidade» e à «sua Universidade». O europeísta e euro-pólogo Eduardo Lourenço, que viveu e exerceu o magistério universitário em França, tem manifestado sempre a sua admiração pela cidade que o formou e que lhe deu depois o doutoramento *honoris causa*. Virgílio Ferreira também ficou ligado umbilicalmente à sua universidade, que também lhe concedeu o doutoramento honorífico. E o mesmo se diria do escritor-político Manuel Alegre ou do poeta Eugénio de Andrade que organizou uma antologia da poesia e da prosa sobre Coimbra (*Memórias de Alegria*, 2.ª edição, Coimbra, 1996). E não há memória de que a figura mítica e universal do canto de intervenção, depois de ter sido fadista de Coimbra, José Afonso, alguma vez tenha renegado a sua Coimbra.

Na verdade, sem qualquer mitificação, a Universidade de Coimbra é uma escola única na situação universitário universal. Salamanca ou Oxford serão casos particularmente significativos, pois são não só universidades das mais antigas, mas também das mais tradicionais, enquanto a Tradição constitui um património cultural. No entanto, Coimbra tem uma característica ímpar – ela foi (quase) literalmente a única universidade portuguesa durante séculos. Se durante quase dois séculos – de 1377 a 1537 – esteve em Lisboa como universidade única, onde fora fundada em 1290, também é certo que desde o século XVI até 1911 foi praticamente a única universidade do Reino de Portugal (caído em 5 de Outubro de

1910 com a Revolução republicana), pois a Universidade de Évora tratava-se de uma universidade da Reforma católica, de tipo jesuítico, que só assegurava cursos de carácter eclesiástico. E mesmo assim essa Universidade só durou dois séculos, de 1559 a 1759, pois foi extinta com a reforma dos estudos no tempo do Marquês de Pombal que – como se sabe – expulsou a Companhia de Jesus. Quer dizer, durante quase toda a sua existência, mais de sete séculos, a Universidade de Coimbra (ou de Lisboa-Coimbra) foi uma «universidade única» em Portugal.

Desta forma, a grande maioria dos intelectuais portugueses que se formaram até 1910 – entre as raras excepções no século XIX e na passagem para o século XX, os que estudaram nas escolas politécnicas do Porto ou de Lisboa (como o escritor historiógrafo Oliveira Martins), os que se formaram no Curso Superior de Letras (como o filósofo e historiador Fidelino Figueiredo), os que estudaram nas escolas médico-cirúrgicas de Lisboa ou do Porto (como o escritor Júlio Dinis ou os psiquiatras Júlio de Matos ou Miguel Bombarda), ou aqueles que foram mais autodidactas, frequentando embora algumas escolas (como Alexandre Herculano ou Camilo Castelo Branco) – foram estudantes em Coimbra. Desta forma, a universidade constituiu um poder simbólico e institucional que seria a causa de tantos amores e de tantos ódios. A situação ímpar de Coimbra impressionava mesmo um italiano, Adriano Balbi, que veio a Portugal, no contexto da Revolução de 1820, para estudar estatisticamente o país. Escrevendo em francês, a língua culta do tempo, e referindo-se à importância da reforma do Marquês de Pombal, dirigia-se assim ao leitor:

Le lecteur français trouvera peut-être singulier que l'on donne ce degré d'importance à la régénération de l'université de Coimbra, qui eut lieu en 1772; mais le nom de l'université, si éclipsé à Paris dans les derniers temps par l'éclat des compagnies savantes de cette capitale, a une autre signification, a une autre importance. Cette école des sciences professionnelles (que l'on me permette ce mot) est unique dans la monarchie. Tout magistrat et avocat, tout évêque et grand dignitaire de l'église, tout médecin doit y avoir reçu son éducation; et, ce qui fera peut-être sourire la nation militaire par excellence, les degrés en mathématique conférés par cette université, sont, en vertu d'une loi, des moyens de s'avancer dans l'armée, et d'être préféré à ses camarades¹⁰.

10. *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*, Paris, Chez Rey et Gravier, 1822, tome II, p. CCCXXXVII.

Portanto, a situação surpreendente de ser uma «universidade única» conferia à Universidade de Coimbra uma característica especial, que era causa também do amor e do desamor que provocava.

No entanto, há que perguntar se Coimbra lutou efectivamente por esse monopólio, sobretudo nos séculos mais próximos. Há que dizer que sim, pelo menos até certo ponto. Ou seja, sempre que, no século XIX, se propunha a criação de universidades em Lisboa ou no Porto, havia uma voz institucional a dizer que era suficiente uma universidade para todo o território nacional. Mas, do nosso ponto de vista, muito mais que essa posição monopolista de ordem corporativa, havia que considerar um outro motivo que obstou à criação de outras universidades no século passado. É sabido – e Balbi, indirectamente, dá conta disso – que a Convenção francesa aboliu as universidades, substituindo-as por escolas autónomas, vindo só a restaurar-se a instituição universitária em França, por acção de Louis Liard, nos finais do século XIX. Também esta ideia ecoou em Portugal, onde os liberais mais radicais desde 1820 clamavam pela abolição da Universidade. Foi, pois, essa uma das causas de não se terem fundado novas universidades em Portugal – assim como no Brasil independente o não foram (recorde-se que a Universidade do Brasil, do Rio de Janeiro, é de 1920) –, preferindo-se a criação das tais escolas autónomas, politécnicas, médico-cirúrgicas e de letras. E também se justifica que só depois de se ter repensado a Universidade em França, de se reflectir sobre a ideia de universidade nos finais do século XIX e princípios do século XX sob os auspícios da imagem da universidade alemã humboldtiana (a Universidade de Berlim, criada em 1809, por W. Humboldt) ou da velha e sempre presente universidade inglesa ou dos novos modelos da universidade americana, com a ideias do *campi* universitários (as «cidades universitárias»), se pensou, num clima de revolução republicana, em criar em Portugal duas novas universidades, em Lisboa e no Porto, em 1911.

3. «UNIVERSIDADE TRADICIONAL» E «UNIVERSIDADE ESTATAL»

A situação de «universidade (quase) única» ao longo de sete séculos gerou naturalmente a criação e estruturação de um património tradicional de grande relevo, que tem sido uma das razões do orgulho coimbrão e, por outro lado, da crítica sempre dirigida a Coimbra. Mas, na verdade,

para além da sua vertente ritual – Coimbra manteve sempre, só com efémeras interrupções, as suas tradições académicas, ao nível estudantil e institucional (o traje académico, as festas estudantis, de que se destaca a Queima das Fitas, os grupos culturais de estudantes, o fado, a abertura solene das aulas e os doutoramentos solenes) – será que a Tradição constituiu um valor que se repercutiu na sua estrutura de Universidade?

Com efeito, nem sempre foi fácil viver com esse património, nem ele foi sempre bem rentabilizado em termos institucionais. Sobral Cid, professor da Faculdade de Medicina e uma das glórias da nossa ciência psiquiátrica, já em 1907, numa célebre «oração *de sapientia*» defendia Coimbra das críticas que lhe eram movidas tendo como motivo o seu pretenso sentido tradicionalista e corporativo. Segundo dizia, desse tradicionalismo só restavam os «símbolos» e não aquilo que teria contribuído verdadeiramente para lhe conceder uma verdadeira importância institucional – a sua autonomia, que via nas tradicionais universidades inglesas e nas «libérrimas Universidades dos Estados Unidos».

A Universidade de Coimbra, ao contrário do que por vezes se pensa, foi sempre uma instituição muito «estatal». As acusações que por vezes aparecem, sobretudo a partir do pombalismo, mas em especial durante a monarquia liberal e durante a república, de «ultramontana», com epítetos bem singulares, tais como «Universidade escolástica», «fradesca-papal Academia», embora representativas de determinadas tendências, não podem ser encaradas de forma estrutural. É verdade que a Universidade de Coimbra ou a Universidade Portuguesa manifesta, naturalmente, um sentido eclesiástico, próprio de todas as universidades seculares, nomeadamente em países de linha predominantemente católica. Assim, não nos devemos surpreender, por exemplo, que os estatutos de Filipe II, de 1597, que são reproduzidos pelos estatutos de 1653, de D. João IV, comecem no título I do livro I por tratar dos assuntos «Da capela», que era, com efeito, onde se iniciavam todos os actos universitários, como também não nos devemos admirar de que os alunos fizessem até à revolução republicana de 1910 as orações do Espírito Santo, que desde 1646 (conforme já se aludiu) mestres e alunos jurassem o dogma da Imaculada Conceição, que até 1834 o cancelário da Universidade fosse, por natureza, o prior do mosteiro de Santa Cruz, ou que os reitores até 1834 fossem eclesiásticos na sua quase totalidade (o primeiro reitor leigo, o Conde de Terena inicia a sua funções em 1841). No entanto, o certo é que desde a sua fundação, em 1290, pelo rei D. Dinis, o *Studium Generale*, que assume verdadeira-

mente o carácter corporativo em 1309 (*Universitas*), através da carta de privilégios do mesmo rei, a Universidade de Coimbra, apesar da bula papal que a confirmou (de Nicolau IV, em 9 de Agosto de 1290), era uma universidade de características régias. O seu «protector» era gente da confiança régia ou o próprio rei, os estatutos eram promulgados pelo monarca, os reitores eram confirmados pelo rei e toda a simbologia da Universidade – que em Coimbra, depois de 1537, vai ocupar o Paço Real da Alcáçova – praticamente não tem referências eclesiásticas significativas, ao contrário do que sucede, por exemplo, com a Universidade de Salamanca, onde se encontram a tiara papal e as chaves de São Pedro.

Na verdade, só talvez a pintura da Minerva da capela de São Miguel tem uma certa postura religiosa, próxima da Virgem ou da Sabedoria através da Fé. As outras representações de Minerva existentes na Universidade, em relevos, pinturas ou estátuas, a terminar no moderno empedrado em frente à Porta Férrea – esta de construção filipina (1633), que ostenta de cada um dos lados uma Minerva bem característica da representação régia ou nacional, e também as estátuas dos dois reis ligados à Universidade, o fundador, D. Dinis, e o reformador, D. João III – têm todo um carácter inteiramente laico: trata-se de uma figura feminina, em pé ou sentada num trono, coroada e com um ceptro terminado em esfera armilar. Mesmo na capela, a que nos referimos, abundam os escudos reais. A Biblioteca Joanina, de concepção régia, onde todas as pinturas do tecto têm alegorias laicas, termina numa espécie de altar onde se ergue o quadro de D. João V. E ali todos os símbolos dos saberes são encabeçados pela coroa real. A Sala dos Actos Grandes não tem um só símbolo eclesiástico, à excepção da varanda ocupada pelo bispo, em cima da cátedra do reitor, que constitui o único caso de um convidado às cerimónias universitárias que não ocupa o seu lugar nos cadeirais dos doutores ou na teia. É rodeada pelos quadros dos reis de Portugal, à excepção dos Filipes, e no tecto tem uma decoração em louvor da fertilidade.

Estamos, na verdade, perante uma Universidade régia, sobretudo depois da Reforma Pombalina – o colégio de Jesus passou a ser ocupado por instalações universitárias (o Gabinete de Física, o Museu de História Natural, o Hospital, o Teatro Anatómico, o Dispensatório Farmacêutico), sendo a igreja transformada em sé-catedral – e ao longo do liberalismo. Daí que a própria teologia assumisse um carácter galicano, o que originou até uma polémica com o prelado de Coimbra D. Manuel de Bastos Pina, e desaparecesse a faculdade de Direito Canónico. A República, para além

de extinguir a Faculdade de Teologia, procurou eliminar, sem grande sucesso, o que restava dos símbolos e dos rituais eclesiásticos na sua versão académica, e se, entretanto, os meios católicos se movimentaram contra um regime que se pretendia laico e que se manifestou anticlerical, através especialmente do Centro Académico de Democracia Cristã (CADC), onde militaram Salazar (estudante e depois professor da Faculdade de Direito) e o padre Manuel Gonçalves Cerejeira (estudante e depois professor da Faculdade de Letras e futuro Cardeal Patriarca), o certo é que a Universidade de Coimbra – bem como as Universidades de Lisboa e do Porto, fundadas em 1911, e a Universidade Técnica de Lisboa, criada em 1930 – mantiveram o seu sentido laico e estatal, não logrando nenhuma espécie de autonomia corporativa, à excepção do que se passou de forma muito efémera na I República e no início da Ditadura Militar. E, mesmo à margem das universidades estatais, o regime de Salazar não deixou que surgissem universidades católicas, só autorizadas a funcionar em 1967, já no fim do Estado Novo.

Foi apenas um começo hesitante no sentido de acabar com o monopólio do Estado relativamente às universidades. Diríamos mais: um começo difícil, que originou grandes críticas entre os grupos católicos e desacordos de alguma seriedade entre os dois ex-militantes católicos, Cerejeira e Salazar. As novas universidades que surgiram no tempo do governo de Marcello Caetano, ou ainda no governo de Salazar, continuaram a ser estatais. Referimo-nos às universidades de Angola e Moçambique (em 1962, como Estudos Gerais Universitários, e em 1968 como Universidades) e às universidades Nova de Lisboa, do Minho, de Aveiro e de Évora, em 1973, e ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), fundado em 1972, mas que só assumiu carácter universitário em 1974.

4. A(S) UNIVERSIDADE(S) A CAMINHO DO SÉCULO XXI – AS CONTRADIÇÕES DO «SISTEMA» E A IDENTIDADE DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Como já se entendeu, ao longo do século XX a Universidade de Coimbra foi perdendo a sua situação de monopólio, tornado-se hoje uma das catorze universidades estatais portuguesas (exceptuando a Universidade

de Macau, que perdeu o estatuto de universidade portuguesa, apesar da sua ligação ao conjunto das nossas universidades), para além da Universidade Católica e das nove universidades privadas. A explosão do ensino privado, sobretudo depois da década de 80, tornam o panorama universitário português *sui generis* e com bastantes contradições e ambiguidades. De resto, ele resulta de uma estanha confusão de princípios em que se chocam a tão almejada autonomia, concedida às universidades estatais em 1988, sob condições prévias de organização, com o centralismo, marcado sobretudo por uma lei de financiamento, de 1997, fortemente restritiva; de uma confusão entre ensino público e o ensino privado, resultante de um oportunismo neoliberal sem regras de efectivo controlo; de falta de definição entre ensino universitário e ensino politécnico.

Mas, não é enveredando por este tipo de reflexão que desejamos terminar. O que queremos dizer é que se a universidade portuguesa passa por um período de crise, como sucede talvez em todos os países do mundo, se procura um modelo de construção institucional, científico, pedagógico e administrativo, também é certo que conheceu um desenvolvimento e uma mundialização assinalável. Não sabemos para onde ela vai ou poderá caminhar e apenas modestamente vamos contribuindo para diagnosticar os seus defeitos e para lhe encontrar soluções. O que sabemos é que a Universidade de Coimbra, neste ambiente de crise, é uma das mais populosas universidades do país, com os seus cerca de 20 000 alunos (num universo de cerca de 350 000, de que 120 000 pertencem às universidades privadas e à Universidade Católica), sendo mais de metade estudantes do sexo feminino; possui oito faculdades (desde as velhas Faculdade de Direito e de Medicina, à Faculdade de Letras, surgida no contexto das reformas da República, à compósita Faculdade de Ciências e Tecnologia, cujas origens datam do século XVIII, à Faculdade de Farmácia, originariamente ligada à de Medicina, às novas Faculdades de Economia, de Psicologia e de Ciências da Educação e de educação Física e Ciências do Desporto) e está em processo de repensar a sua estruturação; ministra cursos de licenciatura, de mestrado e confere graus de doutoramento em quase todas as áreas do saber; publica uma grande variedade de revistas científicas e há pouco foi refundada a Imprensa da Universidade que existiu desde o século XVIII, embora com origens no século XVI; possui três pólos (o pólo tradicional, o pólo tecnológico e, em construção, o pólo da saúde); está instalada, na sua parte tradicional, num dos mais belos patrimónios arquitectónicos universitários do mundo; possui significativas instalações sociais; tem

uma das mais notáveis bibliotecas do país, um arquivo e museus universitários e académicos, que só precisam de serem reorganizados e devidamente instalados para se tornarem notáveis; tem levado à produção de uma abundante literatura académica de tipo memorial e satírico (segundo Nuno Rosmaninho 54 obras publicadas, sendo a primeira dos fins do século XVIII); tem uma Associação Académica centenária (fundada em 1887), organismos culturais académicos que se foram formando desde o século passado até ao presente (o Orfeon, fundado em 1880, a Tuna, com existência regular desde 1888, o Teatro de Estudantes, fundado em 1938, que foi a primeiro organismo a incluir mulheres, o Círculo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra, etc.), um teatro (o Teatro Gil Vicente), com uma constante programação cultural, e diversas secções desportivas em funcionamento; apesar de insistir num certo saudosismo romântico, o fado continua a seguir uma via criativa, como demonstra o último CD de Jorge Cravo, com letra de José Manuel Mendes, *Folha a Folha*; mantém vivas as suas tradições académicas ao nível estudantil e ao nível institucional, e, no contexto deste processo, tem concedido doutoramentos *honoris causa* a muitas personalidades políticas e científicas (43 na década de 90), entre elas o rei de Espanha e alguns professores de Salamanca.

Enfim, nem sempre estaremos de acordo com a forma como se processa a vida da Universidade de Coimbra e da sua Academia, mas não poderemos deixar de afirmar que ela tem uma actividade e uma diversidade de acções dignas de serem registadas e que estão muito acima da média das universidades portuguesas. De resto, não é de admirar, tendo em conta que tem uma história de sete séculos, sendo um pouco menos antiga que a Universidade de Salamanca. Com as suas identidades, semelhanças e diferenças, fazem ambas parte do património das mais velhas universidades europeias.